



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018.
(Do Sr. Goulart)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a escalonar o período de renovação da Carteira Nacional de Habilitação, disciplinar a exigência do exame toxicológico àqueles que exercem atividade remunerada, assim como permitir que condutores das categorias A e B, que exercem atividade remunerada, possam participar de curso preventivo de reciclagem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei escalona o período de renovação da Carteira Nacional de Habilitação, disciplina a exigência do exame toxicológico àqueles que exercem atividade remunerada, assim como permite que condutores das categorias A e B, que exercem atividade remunerada, possam participar de curso preventivo de reciclagem.

Art. 2º - Os arts. 147, 148-A e 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 147

.....

§ 2º O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável, no local de residência ou domicílio do examinado:

I – a cada oito anos para condutores com até quarenta anos de idade;

II – a cada seis anos para condutores com até 65 anos de idade; e

III - a cada três anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade.

.....

Art. 148-A. Os condutores das categorias C, D e E, que exercem atividade remunerada, deverão submeter-se a exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

.....

Art. 261

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada em veículo, habilitado na categoria A, B, C, D ou E, poderá optar por participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de 1 (um) ano, atingir 14 (quatorze) pontos, conforme regulamentação do Contran.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei modifica três pontos do Código de Trânsito Brasileiro, no qual o primeiro objetivo é escalonar o período de renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH conforme a idade do condutor. Atualmente, independentemente da idade do condutor, a CNH deve ser renovada a cada cinco anos, ressalvado os condutores com mais de 65 anos de idade que deve fazê-lo a cada três anos.

Dessa forma, torna-se razoável escalonar esse lapso temporal entre as renovações, respeitando a idade dos condutores, de modo que o condutor com até 40 anos renove sua CNH a cada oito anos, enquanto o condutor com idade entre 41 e 65 anos de idade a renove a cada seis anos. No entanto, mantem-se a renovação a cada três anos para os condutores acima de sessenta e cinco anos de idade.

O segundo ponto desta proposição se refere aos condutores habilitados nas categorias A e B que exercem atividade remunerada. Atualmente o art. 261 do Código de Trânsito Brasileiro prevê que *“o condutor que exerce atividade remunerada em veículo, habilitado na categoria C, D ou E, poderá optar por participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de 1 (um) ano, atingir 14 (quatorze) pontos”*.

Essa possibilidade de reciclagem atende apenas aos condutores de ônibus, vans e caminhões, excluindo os condutores profissionais que exercem atividade remunerada em automóveis e motocicletas, como os moto-fretes e os taxistas. Esses condutores, pela dinâmica de suas atividades e exposição ao estresse dos grandes centros urbanos, estão expostos à fiscalização e às multas de trânsito na mesma proporção que caminhoneiros e motoristas de ônibus.

Logo, este projeto de lei corrige essa distorção, no qual cria mecanismos para que o condutor possa se reciclar e não perder sua CNH, preservando a empregabilidade desses motoristas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por fim, o terceiro e último ponto desta proposição trata da exigência do exame toxicológico dos motoristas profissionais. O art. 148-A do CTB prevê que *“os condutores das categorias C, D e E deverão submeter-se a exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação”*, independentemente de exercerem ou não atividade remunerada.

Esse art. 148-A é uma inovação criada pela Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103 de 2015), cujo objetivo é atingir o motorista profissional. No entanto, nem todos os condutores habilitados nas categorias C, D e E são motoristas profissionais ou exercem atividade remunerada. Portanto, é importância exigir o exame toxicológico apenas aos condutores que exercem atividade remunerada (caminhoneiros, motoristas de ônibus e vans), considerando que eles são profissionais e que o veículo é um instrumento de trabalho e não apenas um meio de transporte.

Desse modo, considerando a relevância social da matéria, conto com o apoio dos nobres pares pela aprovação desse Projeto de Lei.

Sala das Sessões, de de 2018.

Dep. Goulart
PSD/SP